



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 091/CESIEP/2017
(QOPM)

OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



Composição do Caderno

Direito Constitucional	01 a 08
Direito Administrativo	09 a 16
Direito Penal Comum	17 a 24
Direito Penal Militar	25 a 32
Direito Processual Penal Comum	33 a 40
Direito Processual Penal Militar	41 a 48
Direito Civil	49 a 54
Legislação Institucional	55 a 62
Língua Portuguesa	63 a 70
Inglês	71 a 75
Informática	76 a 80



Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário. Porém, para deixar definitivamente o local de aplicação, o candidato deverá aguardar 3 (três) horas do início da prova.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. Em nenhum momento, o candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, ao término da aplicação da prova objetiva, no encerramento de todas as atividades.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

TARDE

**PROVA
01**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Direito Constitucional

1. A Constituição Federal, visando, principalmente, evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado e da Instituição do Ministério Público, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais e prevendo prerrogativas e imunidades para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado democrático de Direito.
No tocante à organização dos poderes, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mudar temporariamente sua sede.
- (B) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.
- (C) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) O pedido de sustação do andamento de ação decorrente do recebimento de denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de sessenta dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.
- (E) Os Deputados e Senadores não podem, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
2. O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, os quais são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
Concernente às competências do STF, incumbe-lhe processar e julgar, originariamente, EXCETO
- (A) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (C) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

3. Nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo desse indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal desse Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos.

Em relação à nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme o critério do *ius solis*, também denominado *ius sanguines*, o que interessa para a aquisição da nacionalidade é o sangue, a filiação, a ascendência, sendo pouco importante o local onde o indivíduo nasceu.
- (B) A nacionalidade adquirida é aquela imposta, de maneira unilateral, independentemente da vontade do indivíduo, pelo Estado, no momento do nascimento.
- (C) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que haja o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- (D) O brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a Constituição da República, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extradicional daquele que é titular de nacionalidade brasileira primária ou originária.
- (E) Revela-se possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira *jure matrimonii*, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

4. Assinale a alternativa correta tendo em vista a Constituição Federal.

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica proposta por seu respectivo departamento competente.
- (C) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, vedada a participação de entidades não governamentais.

(D) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos e casas de repouso credenciadas junto ao Poder Público.

(E) Aos maiores de sessenta anos, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

5. Consoante às disposições contidas na Constituição Federal acerca do estado de defesa e estado de sítio, assinale a alternativa correta.

(A) O Presidente da República deve, ouvidos o Ministro de Estado da Defesa e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

(B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

(C) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

(D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

(E) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

6. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, três dentre oficiais-generais do Exército, dois dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e quatro dentre civis.

(B) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos no mínimo dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- (C) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) São privativos de brasileiro nato os cargos de oficial das Forças Armadas e de Ministro da Justiça.
- (E) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

7. Assinale a alternativa correta considerando a Constituição do Estado de Santa Catarina.

- (A) No âmbito das competências concorrentes entre os entes federados, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (B) A Constituição do Estado de Santa Catarina pode ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de pelo menos cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, e serão suspensas cento e vinte dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.
- (D) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão de tribunal especial, em tempo de paz, ou do Tribunal de Justiça, em tempo de guerra.
- (E) O Estado aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.

8. Referente à Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- (A) Reconhecida a inconstitucionalidade, por omissão de medida para tornar efetiva norma dessa Constituição, a decisão será comunicada ao Poder competente, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para cumprimento em sessenta dias.
- (B) A administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado certidão ou cópia autenticada, no prazo máximo de quinze dias, de atos, contratos e convênios administrativos, sob pena de responsabilidade da autoridade competente ou do servidor que negar ou retardar a expedição.
- (C) A licitação e a contratação de obras públicas são proibidas no período de até cento e oitenta dias precedentes ao término do mandato do Governador do Estado, salvo situação de comprovada urgência, especificação na lei de diretrizes orçamentárias ou decorrentes de recursos provenientes de financiamentos externos ou repasses da União.
- (D) É inamovível, salvo por determinação do Governador do Estado, o servidor público estadual eleito Vereador.
- (E) A abertura de concurso público para cargo de provimento efetivo será obrigatória sempre que o número de vagas atingir um quinto do total de cargos da categoria funcional.

9. Licitação remete à ideia de disputa isonômica, ao fim da qual será selecionada a proposta mais vantajosa aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.

Sobre o assunto e considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços serão definidas pelo Congresso Nacional, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 15% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o último dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% da avaliação.
- (D) Nos leilões internacionais, o pagamento da parcela à vista poderá ser feito em até oito dias úteis.
- (E) Constitui motivo para rescisão do contrato a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a noventa dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

10. Pode-se conceituar ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário. Nesse contexto, assinale a alternativa

INCORRETA considerando os diversos critérios para classificar os atos administrativos.

- (A) Os atos de império são aqueles que a Administração impõe coercitivamente aos administrados, com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade, criando para eles obrigações ou restrições, de forma unilateral e independentemente de sua anuência.
- (B) Considera-se como ato perfeito aquele que já produziu todos os efeitos que estava apto a produzir.
- (C) Os atos de gestão são aqueles praticados pela administração na qualidade de gestora de seus bens e serviços, sem exercício de supremacia sobre os particulares.
- (D) Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser classificados em gerais e individuais, sendo que a nomeação de aprovados em um concurso público pode ser relacionada como exemplo de atos individuais.
- (E) Atos simples são os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado.

11. Nos termos do Decreto-Lei nº 200/67, a Administração Federal é composta pela Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e pela Administração Indireta, que compreende as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas, todas dotadas de personalidade jurídica própria.

Em relação à temática, assinale a alternativa correta.

- (A) Em atenção aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa.
- (B) Somente por lei específica poderão ser criadas autarquias e fundações, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

- (C) É imprescindível a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, ainda que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista se tratarem de pessoas jurídicas diversas.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por serem autorizadas por lei, sujeitam-se absolutamente ao regime jurídico de direito privado.
- (E) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público, vedada a possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta, e organizada sob a forma de sociedade anônima.

12. No que concerne ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a teoria da representação, a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de tal modo que, quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse.
- (B) Quanto à esfera de ação, os órgãos públicos podem ser classificados em ativos, consultivos e de controle.
- (C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor em estágio probatório ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) Conforme a *“Escola da puissance publique”*, o Direito Administrativo pode ser considerado como o conjunto de normas que regem as relações entre a Administração e os administrados.
- (E) Não obstante os órgãos não possuam personalidade jurídica, eles podem ser dotados de capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas.

13. Assinale a alternativa correta segundo as disposições do Direito Administrativo.

- (A) Leis que proíbam o nepotismo na Administração Pública não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, podendo, desse modo, ser propostas pelos parlamentares.
- (B) Para se coibir a prática, a vedação ao nepotismo exige a edição de lei formal no respectivo ente federado.

- (C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando preenchidos.
- (D) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ou não à disciplina interna da Administração.
- (E) A anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, podendo ser feita pela própria Administração Pública, com fundamento no seu poder de autotutela ou, ainda, pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.

14. Assinale a alternativa correta tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e os preceitos de Direito Administrativo.

- (A) Consiste em monopólio dos entes federados, dentre outras hipóteses, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (B) O ente desapropriante responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado, ainda que o período de ocorrência dos fatos geradores seja anterior ao ato de aquisição originária da propriedade.
- (C) A responsabilidade de reparar e conservar o imóvel tombado é do Poder Público autor do tombamento.
- (D) É possível a desistência da desapropriação a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem que ele tenha sido alterado de forma substancial.
- (E) Na fase executória da desapropriação, o Poder Público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação.

15. Em relação à Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, primeiramente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- (B) Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.
- (C) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quinze dias para a tomada de preços, quando a licitação for do tipo “técnica e preço”.
- (D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de trinta dias daquela data, qualquer que seja o seu valor.
- (E) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa Lei cabe, dentre outras hipóteses, representação, no prazo de dez dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato.

16. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (B) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade administrativa, todo aquele que exerce, salvo se transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função nas entidades da Administração Pública.
- (C) Consoante a jurisprudência do STJ, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário.

- (D) Constitui crime, sujeito à pena de detenção de um a três anos e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- (E) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa.

Direito Penal Comum

17. Em relação ao Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena cumprida em país estrangeiro não pode ser compensada quando o apenado retorna ao Brasil.
- (B) A pena cumprida em país estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (C) A pena cumprida em país estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil, exceto quando idênticas.
- (D) A pena cumprida em país estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil por qualquer crime, quando idênticas.
- (E) A pena cumprida em país estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil, salvo a possibilidade legal de detração.

18. Segundo o Código Penal Brasileiro, nos dispositivos da parte geral que disciplinam a aplicação da lei penal sobre tempo e lugar dos crimes, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- (B) Nos delitos dolosos, considera-se praticado o crime tão somente no momento da ação.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento da omissão, contanto que seja o mesmo momento do resultado.
- (D) Considera-se praticado o crime no lugar apenas onde se produziu o resultado.
- (E) Nos crimes tentados, o lugar do crime não abrange aquele em que se desenvolveram os atos executórios, mas tão somente abrange aquele em que deveria produzir-se o resultado.

19. Emoção e paixão são perturbações da psique humana. Emoção é o estado afetivo que acarreta perturbação transitória do equilíbrio psíquico, tal como na ira, medo, alegria, cólera, ansiedade, prazer erótico, surpresa e vergonha. Paixão é a emoção mais intensa, ou seja, a perturbação duradoura do equilíbrio psíquico. Dela são exemplos, entre outros, o amor, a inveja, a avareza, o ciúme, a vingança, o ódio, o fanatismo e a ambição. Sobre "emoção e paixão", o que prescreve o Código Penal?

- (A) Emoção e paixão são elementos capazes de tornar inimputáveis aqueles que anteriormente se condicionavam como imputáveis.
- (B) Apenas a emoção considerada forte pode tornar o sujeito inimputável no momento em que o crime é executado.
- (C) A paixão só pode ser atribuída a autores de condutas delitivas que tenham como vítimas pessoas que com aqueles se relacionaram em ambiente doméstico.
- (D) Emoção e paixão não excluem a imputabilidade penal, embora em alguns casos específicos a violenta emoção possa ser adotada como causa de diminuição de pena quando somada a outros fatores.
- (E) Emoção e paixão são circunstâncias atenuantes de pena, tal como a confissão qualificada, ainda que não exista injusta provocação da vítima.

20. Considerando a atual redação do Código Penal, cometerá o crime de "tráfico de influência" todo sujeito que praticar qual das seguintes condutas?

- (A) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- (D) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- (E) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em

juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

21. De acordo com o Código Penal, todo indivíduo que "dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente", estará incurso em qual tipo penal?

- (A) Prevaricação.
- (B) Fraude processual.
- (C) Autoacusação falsa.
- (D) Comunicação falsa de crime ou contravenção.
- (E) Denúncia caluniosa.

22. A Autoridade Policial foi notificada a respeito de suposto crime contra a dignidade sexual, após a alegada vítima relatar que fora convidada, via mensagens de aplicativo de telefone celular, por um interlocutor que conhecera em uma festa a ter um encontro sexual na casa dele. Após o esgotamento das diligências inquisitoriais pela polícia, os autos do inquérito foram remetidos ao Ministério Público para *opinio delicti*. Considerando que a dita vítima é maior de idade, deverá o membro do Ministério Público responsável pelo caso

- (A) oferecer denúncia criminal contra o interlocutor por crime de assédio sexual (art. 216-A do Código Penal).
- (B) oferecer denúncia criminal contra o interlocutor por crime de estupro de vulnerável (art. 217 do Código Penal).
- (C) requerer derradeira diligência à Autoridade Policial, para que se produza laudo de corpo de delito sobre a vítima.
- (D) determinar a remessa dos autos para que a vítima ofereça queixa-crime por difamação contra o interlocutor.
- (E) pugnar pelo arquivamento dos autos em razão de atipicidade.

23. O que diferencia o delito de organização criminosa, previsto no art. 1º, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 12.850 de 2013, e o delito de associação criminosa, previsto no art. 288 do Código Penal?

- (A) O crime de organização criminosa prevê no mínimo 10 pessoas associadas para fins de cometimento de delitos, enquanto o delito de associação criminosa prevê no mínimo 3 pessoas.
- (B) O crime de organização criminosa refere-se a delitos-fins relacionados a crimes contra a administração pública, enquanto o crime de associação criminosa refere-se a delitos-fins relacionados a crimes contra o patrimônio.
- (C) O crime de organização criminosa não possui fins específicos, enquanto o crime de associação criminosa possui o fim específico de cometer outros crimes.
- (D) O crime de organização criminosa objetiva o cometimento de delitos em que as penas máximas superam 4 anos de privação de liberdade, enquanto o crime de associação criminosa pode objetivar delitos com penas máximas inferiores.
- (E) O crime de organização criminosa não exige estrutura ordenada com organização de tarefas entre seus membros, enquanto o crime de associação criminosa exige, no mínimo, hierarquia entre os envolvidos.

24. Considerando o texto da Lei Federal nº 9.605 de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), constitui crime contra a fauna brasileira os seguintes tipos penais, EXCETO

- (A) destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.
- (B) exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente.
- (C) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- (D) pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- (E) pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante.

Direito Penal Militar

25. O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.
- (C) O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- (D) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.
- (E) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

26. Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o

- (A) agente de segurança privada portador de arma de fogo.
- (B) militar reformado empregado na administração militar.
- (C) policial rodoviário federal.
- (D) membro do Ministério Público Militar.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

27. Considera-se crime militar, em tempo de paz,

- (A) o praticado por civil contra policial rodoviário federal.
- (B) o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública municipal.
- (C) o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- (D) o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.

- (E) o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.
- 28. Na visão material (essência da infração, sob o ponto de vista da sociedade), constitui o crime toda a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena; na ótica formal (captada a essência pelo legislador, transformar-se em lei), é a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena, devidamente prevista em lei. Sobre a teoria do crime militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- (B) É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.
- (C) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime unicamente a título de culpa.
- (D) O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.
- (E) Entende-se em legítima defesa quem, usando desejosamente os meios necessários, repele justa ou injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- 29. Sobre a disciplina das penas previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) A pena de morte é executada por enforcamento ou fuzilamento.
- (B) O mínimo da pena de reclusão é de um mês, e o máximo de trinta anos.
- (C) Será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- (D) A pena unificada não pode ultrapassar trinta anos, se é de reclusão ou se é de detenção.
- (E) Considera-se criminoso por tendência aquele que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

30. São consideradas penas acessórias todas aquelas que são complementos da condenação principal. Seus efeitos são extrapenais, atingindo o âmbito administrativo, civil e político. Dentre as penas acessórias possíveis, são existentes, EXCETO

- (A) a extradição territorial.
- (B) a exclusão das Forças Armadas.
- (C) a suspensão dos direitos políticos.
- (D) a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.
- (E) a incompatibilidade com o oficialato.

31. Sobre os crimes militares em espécie, no que se refere à usurpação, excesso ou abuso de autoridade, é correto afirmar que

- (A) não se pune o militar que assumir, sem ordem ou autorização, a direção de estabelecimento militar independentemente da situação de risco.
- (B) comete crime de rigor excessivo o militar que exceder a faculdade de punir o subordinado, fazendo-o com rigor não permitido, ou ofendendo-o por palavra, ato ou escrito.
- (C) pune-se com pena de reclusão todo aquele que usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.
- (D) é cabível a pena de suspensão do exercício do posto ao agente comandante que determinar, sem ordem superior e fora dos casos em que essa se dispensa, movimento de tropa ou ação militar.
- (E) o crime de "ofensa aviltante a inferior" só se processa por representação do ofendido.

32. Em se tratando dos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa correta sobre dispositivo legal do Código Penal Militar.

- (A) Cometerá o delito de "violência arbitrária" quem desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela.
- (B) Cometerá o delito de "condescendência criminosa" quem penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, por onde seja defeso ou não haja passagem regular, ou iludindo a vigilância da sentinela ou de vigia.
- (C) Cometerá o delito de "patrocínio indébito" quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de funcionário ou de militar.
- (D) Cometerá o delito de "cheque sem fundos" quem falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (E) Cometerá o delito de "desobediência" quem retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Direito Processual Penal Comum

33. A respeito do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado a requerimento da perícia criminal.
- (C) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, remeterá ao Juízo competente para que aprecie a abertura de inquérito ou determine o arquivamento dos autos.
- (D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação,

poderá sem ela ser iniciado, objetivando a produção antecipada de provas.

- (E) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, independente da diligência contrariar a moralidade ou a ordem pública.

34. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial estadual disciplinado no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, serão descartados após a conclusão da perícia criminal ordenada pela Autoridade Policial.
- (B) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que de outras provas tenha notícia.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal de Justiça.

35. Sobre competência, questões e processos incidentes regidos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Haverá conflito de jurisdição apenas se duas ou mais autoridades judiciárias de uma mesma comarca se considerarem competentes, ou incompetentes, para conhecer do mesmo fato criminoso.
- (B) As coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto não houver trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

- (D) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono de coisa apreendida no âmbito de processo penal, o juiz determinará que sejam avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado para instituições do terceiro setor da economia.
- (E) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro, bastando a existência de indícios mínimos da proveniência ilícita dos bens.

36. Acerca das provas entendidas como "ilícitas", assinale a alternativa correta.

- (A) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas, especialmente quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (B) São inadmissíveis as provas ilícitas assim entendidas, porém devem elas ser mantidas nos autos do processo, para que possam sofrer apontamentos pelas partes envolvidas.
- (C) Considera-se fonte independente de prova aquela que, por si só, seguindo os trâmites contratuais, próprios da investigação particular, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- (D) A prova ilícita significa a prova obtida, produzida, introduzida ou valorada de modo contrário à determinada ou específica previsão legal.
- (E) O encontro fortuito de prova para cuja busca não se exija a adoção de qualquer providência que não a simples atuação da autoridade policial é igualmente irregular à prova tida como ilícita.

37. Entre as medidas assecuratórias do processo, o juiz competente pode autorizar tanto a busca quanto a apreensão. Busca significa o movimento desencadeado pelos agentes do Estado para a investigação, descoberta e pesquisa de algo interessante para o processo penal, realizando-se em pessoas ou lugares. Apreensão é medida assecuratória que toma algo de alguém ou de algum lugar, com a finalidade de produzir prova ou preservar direitos. Sobre a busca e a apreensão disciplinadas pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas indispensáveis à ampla defesa do acusado.
- (B) Em casa habitada, a busca será feita de modo intransigente, ainda que se moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência.
- (C) A busca em mulher será feita por outra mulher, independente do retardamento ou prejuízo da diligência.
- (D) Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la e, se não o fizer, será fisicamente constrangido para tanto.
- (E) As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

38. A respeito das prisões cautelares e assuntos a elas relativos, assinale a alternativa correta, conforme o direito processual penal brasileiro.

- (A) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será custodiado na cadeia pública local até que se encontre magistrado competente para ouvi-lo em Juízo, respeitado o prazo máximo de 30 dias corridos.
- (C) Considera-se em flagrante delito quem cometeu crime que tenha deixado vestígios dignos de exame de corpo de delito.
- (D) Qualquer adulto do povo, as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (E) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal ou imediatamente convertê-la em prisão temporária.

39. A colaboração premiada é um acordo realizado entre órgão acusador/ investigador e a defesa, com o objetivo de facilitar a persecução penal em troca de benefícios ao colaborador, reduzindo as consequências sancionatórias à sua conduta delitiva. Sobre esse meio de obtenção de prova previsto na Lei Federal nº 12.850/2013, assinale a alternativa correta.

- (A) São direitos do colaborador participar das audiências sem contato visual com os outros acusados e cumprir pena privativa de liberdade em residência privada.
- (B) Da colaboração premiada efetuada pelo investigado ou denunciado, é necessária a obtenção de algum resultado previsto em lei, podendo ser ele a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- (C) Se a colaboração premiada for posterior à sentença condenatória, a pena não poderá ser reduzida, mas será admitida a progressão de regime, ainda que ausentes os requisitos objetivos.
- (D) A sentença condenatória poderá ser proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.
- (E) O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que proferida a sentença condenatória ou rejeitada a denúncia pelo juiz competente.

40. Em se tratando da Lei Antidrogas (Lei Federal nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta a respeito dos dispositivos processuais presentes no referido diploma normativo.

- (A) O inquérito policial será concluído no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 dias, quando solto.
- (B) É expressamente vedada a não atuação policial sobre os portadores de drogas que se encontrem no território brasileiro, ainda que seja suscitada a finalidade de identificar e responsabilizar o maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sob pena de incorrer o agente no crime de prevaricação.
- (C) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 horas.

- (D) Em se tratando da conduta de porte de entorpecentes para consumo recreativo, será imposta prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente.
- (E) O perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Direito Processual Penal Militar

41. Acerca da lei de processo penal militar e sua aplicação, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos processos judiciais em curso, as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário prevalecerão sobre as normas do Código de Processo Penal Militar em caso de antinomia.
- (B) Admitir-se-á analogia *contra legem* na integração normativa, exceto quando cercear a defesa pessoal do acusado.
- (C) A lei de processo penal militar deve ser interpretada, preferencialmente, no sentido sociológico-teleológico de suas proposições vocabulares, porque é destinada a uma categoria social apartada.
- (D) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas no Código de Processo Penal Militar apenas em tempo de guerra.
- (E) O Código de Processo Penal Militar declara como fonte do direito processual penal militar a jurisprudência das excelsas Cortes Superiores de Justiça.

42. Sobre a polícia judiciária militar e o inquérito policial militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito é iniciado mediante portaria por decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que ela atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- (D) O inquérito é sigiloso, e seu encarregado não pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

- (E) A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito qualquer que seja sua conclusão.
- 43. Em se tratando das partes do processo, o que disciplina o Código de Processo Penal Militar em vigor?**
- (A) O juiz não será dado por suspeito caso tiver dado parte oficial do crime.
- (B) O juiz poderá exercer jurisdição no processo em que, como auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu parente consanguíneo.
- (C) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz, ou de propósito der motivo para criá-la.
- (D) Serão considerados inexistentes os atos praticados por juiz impedido apenas se implicarem em prejuízo à parte.
- (E) Nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, salvo os foragidos.
- 44. "Foro" é a divisão territorial onde exercem a jurisdição um ou mais juízes ou tribunais; competência, por sua vez, trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os. A respeito do foro militar e da competência para julgar ações penais militares, assinale a alternativa correta.**
- (A) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do ofendido.
- (B) É vedada a separação de julgamentos ainda que algum dos acusados esteja foragido e não possa ser julgado à revelia.
- (C) O foro militar especial não se estenderá aos civis nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares.
- (D) A competência será, de regra, determinada pelo lugar da infração; e, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (E) A competência por prerrogativa do posto ou da função decorre da natureza da infração.
- 45. Sobre as medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) Prescinde de mandado a busca domiciliar que não for realizada pela própria autoridade judiciária ou pela autoridade que presidir o inquérito.
- (B) A revista independe de mandado quando feita na presença de testemunha civil.
- (C) Os instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, não poderão ser restituídos enquanto interessarem ao processo, mas o farão após o desinteresse.
- (D) A autoridade militar não poderá requisitar da autoridade policial civil a realização da busca.
- (E) Estão sujeitos a hipoteca legal os bens imóveis do acusado, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob administração militar.
- 46. O Código de Processo Penal Militar prevê prisões cautelares no curso do procedimento persecutório. A respeito delas, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Se, ao tomar conhecimento da comunicação da prisão executada em suposto flagrante delito, a autoridade judiciária verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la no primeiro dia útil seguinte à ciência do evento.
- (B) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo.
- (C) As pessoas sujeitas a prisão provisória deverão ficar separadas das que estiverem definitivamente condenadas.
- (D) A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, e poderá ser feita por qualquer pessoa.
- (E) A prisão deve ser em local limpo e arejado, onde o detento possa repousar durante a noite, sendo proibido o seu recolhimento à masmorra, solitária ou cela onde não penetre a luz do dia.

47. A prisão preventiva é uma medida cautelar de constrição à liberdade do indiciado ou réu, por razões de necessidade, respeitados os requisitos estabelecidos em lei, sem prazo determinado para sua revogação. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, a prisão preventiva pode ser decretada por autoridade contanto que fundada em determinados casos. Assinale a alternativa que apresenta apenas casos previstos na legislação.

- (A) Segurança da aplicação da lei penal militar e garantia da ordem econômica.
- (B) Periculosidade do indiciado ou acusado e segurança da aplicação da lei penal militar.
- (C) Conveniência da instrução criminal e garantia da ordem econômica.
- (D) Garantia da ordem pública e manutenção da moralidade social.
- (E) Manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares e manutenção da moralidade social.

48. A respeito dos atos probatórios cabíveis no processo penal militar, assinale a alternativa que corresponde ao dispositivo previsto no código respectivo.

- (A) O interrogatório será feito, obrigatoriamente, pelo juiz, não sendo nele permitida a intervenção de qualquer outra pessoa, exceto a do defensor do acusado.
- (B) Se o acusado negar a imputação no todo ou em parte, durante seu interrogatório, será intimado a indicar as provas da verdade de suas declarações sob pena de vê-las excluídas do relatório da sentença.
- (C) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) Os cadáveres serão, sempre que possível, fotografados na posição em que forem encontrados, sendo expressamente vedada qualquer possibilidade de exumação.
- (E) As declarações constantes de documento particular escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário tão somente se forem reconhecidas em registro civil oficial.

Direito Civil

49. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB).

- (A) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (B) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, sempre terão eficácia no Brasil, desde que garantida a reciprocidade.
- (C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- (D) O agente público não responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, mesmo em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (E) Os Governos estrangeiros não podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares, devendo ser disponibilizado imóvel para esse fim pelo governo brasileiro.

50. João, em testamento, fez dotação especial de parte de seus bens, todos livres, para o fim de constituir uma fundação. Quando da ocasião de sua morte, foi verificado que os bens destinados à criação da fundação eram insuficientes para esse fim, não havendo previsão testamentária para outra destinação desses bens em caso de impossibilidade de constituição da fundação. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,

- (A) a fundação não será constituída e os bens dotados em testamentos serão destinados aos herdeiros de João.
- (B) a fundação será constituída, devendo os herdeiros de João providenciarem a complementação dos bens dotados.
- (C) a fundação não será constituída e os bens dotados serão incorporados pelo Estado.
- (D) os bens serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (E) terão os herdeiros de João o prazo de 180 dias para readequarem as finalidades da fundação, de modo a que esta se adeque às limitações financeiras dos bens dotados em testamento.

51. Assinale a alternativa correta acerca do que dispõe o Código Civil em relação aos bens.

- (A) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de bem imóvel.
- (B) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, mesmo com a alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- (C) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- (D) Consideram-se móveis, para todos os efeitos legais, os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (E) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

52. De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca de condição, termo e encargo, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- (C) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- (D) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (E) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

53. Com base no que disciplina o Código Civil acerca de ato ilícito, assinale a alternativa correta.

- (A) Comete ato ilícito aquele que, mesmo em legítima defesa, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.

- (B) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- (C) Não há previsão de cometimento de ato ilícito por omissão.
- (D) A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente, mesmo que outra ação menos gravosa pudesse ser tomada, não acarreta cometimento de ato ilícito.
- (E) Constituem ato ilícito os atos praticados mesmo no exercício regular de um direito legalmente reconhecido.

54. A responsabilidade civil diz respeito ao dever daquele que comete ato ilícito em indenizar quem sofre o dano, sendo que o Código Civil procura determinar em que condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa e em que medida está obrigada a repará-lo. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece o Código Civil, assinale a alternativa correta em relação à responsabilidade civil.

- (A) Ressalvados os empresários individuais, as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- (B) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la encerram-se com a morte do devedor.
- (D) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, sendo a coisa restituída, não haverá direito à indenização.
- (E) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, sendo devida somente se este demonstrar ter havido dano material decorrente do ato ilícito.

55. O artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) traz a capitulação legal para a prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, imputando-lhe a pena base de detenção de 2 a 4 anos, além de outras medidas restritivas de direito. Em seu parágrafo 1º, há a previsão do aumento de pena de 1/3 até a metade, se o agente comete o delito em certas situações. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponda a uma hipótese de aumento de pena de 1/3 até a metade no caso de cometimento de homicídio culposo na direção de veículo automotor.

- (A) Não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- (B) Praticar o delito em faixa de pedestres ou na calçada.
- (C) Deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
- (D) Conduzir o veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
- (E) Se o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

56. O TÍTULO II do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, – Código Penal Militar (CPM), trata sobre o CRIME, trazendo algumas concepções a respeito de erros. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que o Código Penal Militar disciplina sobre erro em seu TÍTULO II.

- (A) No erro de fato, quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima, responde pelo crime na forma culposa.
- (B) No erro de direito, exclui-se a culpabilidade do agente, não lhe aplicando qualquer pena, quando este, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.
- (C) Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente apenas se o fato for também punível como crime doloso.

- (D) É isento de pena quem, por erro ou outro acidente na execução do crime, atinge bem jurídico diverso do visado.
- (E) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

57. Segundo disciplina a Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, a passagem do policial-militar a situação de inatividade mediante reforma se efetua *ex-offício*, sendo que o policial-militar será reformado quando:

- (A) for julgado temporariamente incapaz para o serviço ativo da Polícia-Militar.
- (B) estiver agregado por mais de 02 (dois) anos consecutivos ou não, por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação da Junta de Saúde, ainda que se trate de moléstia curável.
- (C) for condenado em segundo grau à pena de reforma previsto no Código Penal Militar.
- (D) for Aspirante-a-Oficial ou Praça com estabilidade assegurada e tiver determinado o Tribunal de Justiça do Estado em julgamento por ele efetuado em consequência da decisão do Conselho de Justificação.
- (E) for Oficial e tiver determinado o Comandante geral da Polícia Militar, após o julgamento por ele efetuado, em consequência da decisão do Conselho de Disciplina.

58. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (RDPMSC).

- (A) Dentre as punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais-militares, estão a detenção e a prisão, as quais não podem ultrapassar o limite de 15 dias.
- (B) Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares na sua manifestação elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime.

- (C) Todo Policial-militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá informar ao seu chefe imediato, obrigatoriamente por escrito.
- (D) Os policiais-militares dos diferentes círculos de oficiais e praças estabelecidos no Estatuto dos Policiais-Militares poderão ficar presos no mesmo compartimento, desde que tal ato seja expressamente autorizado pelo Comandante-Geral.
- (E) A publicação da punição imposta a oficial ou aspirante a oficial deve ser feita obrigatoriamente em Boletim Reservado.

59. Assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 614, de 20 de dezembro de 2013, que fixa o subsídio mensal dos militares estaduais.

- (A) O subsídio dos Militares Estaduais exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de indenização por aula ministrada, pelo exercício de atividade de docência nos Centros de Ensino das Instituições Militares estaduais.
- (B) O subsídio dos Militares Estaduais exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de auxílio-alimentação.
- (C) Os Militares Estaduais não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporados à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Fica instituído regime de horas extras, no âmbito das instituições militares estaduais, destinado exclusivamente ao pagamento das horas trabalhadas pelo Militar Estadual em escalas de serviço extraordinárias.
- (E) Poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, outras vantagens com o mesmo título e fundamento das verbas extintas quando da adoção do regime de remuneração por subsídio, desde que expressamente autorizada pelo Governo do Estado.

60. A Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Nesse sentido, assinale a alternativa correta em relação ao acesso às vagas dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento.

- (A) Para o curso de formação de Sargentos, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por Cabos com no mínimo 2 anos na graduação que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.
- (B) Para o curso de formação de Sargentos, 30% das vagas ofertadas serão preenchidas por Cabos com no mínimo 2 anos na graduação que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.
- (C) Para o curso de formação de Sargentos, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Cabos com no mínimo 2 anos nesta graduação, no limite de 3 Cabos para cada vaga oferecida, dentro deste percentual.
- (D) Para o curso de formação de Cabo, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Soldados com no mínimo 2 anos na categoria de 1ª classe, no limite de 3 Soldados para cada vaga oferecida, dentro deste percentual.
- (E) Para o curso de formação de Cabo, 30% das vagas ofertadas serão preenchidas por Soldados na categoria de 1ª classe que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.

61. A Lei Estadual nº 6.215, de 10 de fevereiro de 1983, dispõe sobre a promoção de oficiais da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Há previsão, nesse dispositivo legal de casos em que o Oficial não poderá constar de qualquer Quadro de Acesso a promoções. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponda a uma hipótese em que o Oficial não poderá constar de qualquer Quadro de Acesso.

- (A) For preso preventivamente, ou em flagrante delito, enquanto a prisão não for revogada.
- (B) For licenciado para tratar de interesse particular.
- (C) For condenado à pena de suspensão do exercício do posto, cargo ou função, previsto no Código Penal Militar, durante o prazo de sua suspensão.
- (D) For considerado deserto.
- (E) Estiver submetido a Conselho de Justificação, instaurado *ex-officio*.

62. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto nº 19.236, de 14 de março de 1983, que regulamenta a Lei de promoção de oficiais da Polícia Militar do Estado.

- (A) A incapacidade física temporária, verificada em inspeção de saúde, impede o ingresso em Quadro de Acesso e a promoção do oficial PM ao posto imediato.
- (B) Não será computado como serviço arregimentado, para fins de ingresso em Quadro de Acesso, o tempo passado em órgãos de apoio.
- (C) O tempo de arregimentação estabelecido para o Aspirante-a-Oficial PM e 2º Tenente PM deverá ser cumprido, obrigatoriamente, em órgãos de apoio da Polícia Militar.
- (D) As autoridades que tiverem conhecimento de ato ou atos graves que possam influir, contrária ou decisivamente, na permanência do oficial em qualquer dos Quadros de Acesso, deverão, por via hierárquica, levá-los ao conhecimento do Comandante Geral que determinará a abertura de sindicância ou inquérito para comprovação dos fatos.
- (E) Os Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM) serão organizados conjuntamente e submetidos à aprovação do Comandante-Geral da Corporação, até 30 dias antes das datas previstas para a promoção, ou extraordinariamente quando aquela autoridade determinar.

Língua Portuguesa

Texto I

Atlas da Violência mostra relação entre crimes e baixo desenvolvimento

Por Fernando Molica

Os dados do 'Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros' revelam que a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano. A análise dos 309 municípios com mais de 100 mil habitantes mostrou que as taxas de homicídios são superiores naqueles que concentram populações mais pobres, baixos índices de atendimento a crianças e adolescentes e mais casos de desocupação e de gravidez na adolescência.

Os números reforçam os contrastes entre as cidades que ficam nos extremos da tabela: Brusque (SC) e Queimados (RJ). Na primeira, a taxa de homicídios e mortes violentas ficou em 4,8 casos por 100 mil habitantes; na outra, o índice chegou a 134,9. Os municípios mais violentos se concentram nas regiões Norte e Nordeste. Os números analisados são do ano de 2016.

Os dados do Atlas mostram o tamanho da desigualdade: em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5%; a renda média por pessoa dos 20% mais pobres chegou a R\$ 505,50 na cidade catarinense e a R\$ 180 na do Estado do Rio.

Os índices de desocupação entre os 18 e 24 anos nos dois municípios foram de, respectivamente, 3,8% e 22%; os de gravidez na adolescência, de 1,3% e 2,9%. Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os "nem-nem": em Brusque, eram 1,2% do total; em Queimados, 13%. [...]

Os dados foram analisados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla, não restrita apenas à atuação policial. Para eles, "a confusão sobre a produção do trabalho policial com a produção de segurança pública gera uma injustiça para as próprias organizações policiais, pois coloca toda a carga do problema sobre as mesmas.

Desse modo, quando a situação se deteriora,

a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.” Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram “um planejamento adequado e um plano de prevenção que componham uma política de Estado”.

Adaptado de: <<https://veja.abril.com.br/brasil/atlas-da-violencia-mostra-relacao-entre-crimes-e-baixo-desenvolvimento/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

63. Assinale a alternativa em que o trecho em destaque seja uma oração adjetiva, ou seja, tenha função de especificar ou explicar um sintagma/termo anterior da oração.

- (A) “Os dados do ‘Atlas da Violência 2018[...]’ revelam que a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano.”.
- (B) “Os números reforçam os contrastes entre as cidades que ficam nos extremos da tabela [...]”.
- (C) “A análise dos 309 municípios com mais de 100 mil habitantes mostrou que as taxas de homicídios são superiores [...]”.
- (D) “No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla [...]”.
- (E) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos [...]”.

64. Em “Desse modo, quando a situação se deteriora, a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.”, o conectivo em destaque estabelece no texto uma relação com o sentido de

- (A) consequência.
- (B) concessão.
- (C) proporção.
- (D) tempo.
- (E) condição.

65. Dentre as diferentes possibilidades de figuras de linguagem presentes no texto, assinale a alternativa em que ocorre uma Metonímia no excerto apresentado.

- (A) “[...] a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano.”.
- (B) “[...] em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5% [...]”.
- (C) “[...] a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.”.

- (D) “Na primeira, a taxa de homicídios e mortes violentas ficou em 4,8 casos por 100 mil habitantes [...]”.
- (E) “Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os “nem-nem” [...]”.

66. A qual gênero pertence o texto de apoio e qual é o seu objetivo, respectivamente?

- (A) Notícia – Expor dados de uma pesquisa e a interpretação feita dessas informações por especialistas no assunto.
- (B) Crônica – Refletir sobre a relação entre gravidez e criminalidade e argumentar sobre as causas do problema.
- (C) Editorial – Expor a opinião do veículo de comunicação e argumentar, por meio de dados, que a criminalidade ocorre por falta de políticas públicas.
- (D) Notícia – Relatar a experiência de duas cidades para combater a criminalidade.
- (E) Reportagem – Apresentar dados, objetivando levar os leitores jovens a trabalharem.

67. Substituindo a seguinte expressão em destaque por um pronome, assinale a alternativa que atende à norma padrão da língua portuguesa:

“Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram um planejamento adequado”.

- (A) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram-no.”.
- (B) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não lhe desenvolveram.”.
- (C) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram-na.”.
- (D) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não a desenvolveram.”.
- (E) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não o desenvolveram.”.

68. De acordo com o contexto, assinale a alternativa que substitui adequadamente o termo destacado em:

“No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla, não restrita apenas à atuação policial.”

- (A) Encrespam.
- (B) Refutam.
- (C) Denunciam.
- (D) Ressaltam.
- (E) Renuem.

69. Embora a palavra “violência” tenha nove letras, ela apresenta oito fonemas, pois apresenta um dígrafo. Assinale a alternativa em que também ocorrem nove letras e oito fonemas, devido à presença de um dígrafo.

- (A) Governos.
- (B) Homicídios.
- (C) Prevenção.
- (D) Políticas.
- (E) Município.

70. Assinale a alternativa em que uma das vírgulas seja utilizada com a mesma função da presente no seguinte trecho em destaque no excerto:

“[...] em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5% [...]”

- (A) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos [...]”.
- (B) “[...] em Brusque, eram 1,2% do total; em Queimados, 13%. [...]”.
- (C) “[...] as taxas de homicídios são superiores naqueles que concentram populações mais pobres, baixos índices de atendimento a crianças e adolescentes [...]”.
- (D) “Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os ‘nem-nem’ [...]”.
- (E) “Os índices de desocupação entre os 18 e 24 anos nos dois municípios foram de, respectivamente, 3,8% e 22% [...]”.

Inglês

From Nail bars to car washes: how big is the UK's slavery problem?

by Annie Kelly

Does slavery exist in the UK?

More than 250 years since the end of the transatlantic slave trade, there are close to 41 million people still trapped in some form of slavery across the world today. Yet nobody really knows the scale and how many victims or perpetrators of this crime there are in Britain.

The data that has been released is inconsistent. The government believes there are about 13,000 victims of slavery in the UK, while earlier this year the Global Slavery Index released a much higher estimate of 136,000.

Statistics on slavery from the National Crime Agency note the number of people passed on to the government's national referral mechanism (NRM), the process by which victims of slavery are identified and granted statutory support. While this data gives a good snapshot of what kinds of slavery are most prevalent and who is falling victim to exploiters, it doesn't paint the whole picture. For every victim identified by the police, there will be many others who are not found and remain under the control of traffickers, pimps and gangmasters.

There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism because they don't trust the authorities, or are too scared to report their traffickers. Between 1 November 2015 and 30 June 2018, the government received notifications of 3,306 potential victims of modern slavery in England and Wales who were not referred to the NRM.

[...]

The police recorded 3,773 modern slavery offences between June 2017 and June 2018.

[...]

(Source: <https://www.theguardian.com/global-development/2018/oct/18/nail-bars-car-washes-uk-slavery-problem-anti-slavery-day>. Access: 20/10/2018)

71. What is the main topic discussed throughout the text?

- (A) It talks about how the slavery mechanism works through the world.
- (B) It talks about what the British government has been doing to arrest slave traffickers.

- (C) It talks about the rising number of children submitted to slavery in the UK.
- (D) It talks about data concerning the existence of slavery in the UK.
- (E) It talks about the potential victims of slavery around the world.

72. According to the text, what is the NRM?

- (A) It is the government's national referral mechanism which identifies and gives legal support to slavery victims.
- (B) It is the government's national referral mechanism which gives statutory support to pimps and gangmasters.
- (C) It is the government's national referral mechanism which arrests slave traffickers around the world.
- (D) It is the government's national referral mechanism which supports the slavery system in the UK.
- (E) It is the government's national referral mechanism which records the amount of slavery offences.

73. Taking into account the following excerpt: "There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism because they don't trust the authorities (...)", mark the option which best describes the word "they":

- (A) It is a personal pronoun which refers back to "authorities".
- (B) It is a personal pronoun which refers back to "potential victims".
- (C) It is an objective pronoun which refers back to "potential victims".
- (D) It is a reflexive pronoun which refers back to "authorities".
- (E) It is a possessive pronoun which refers back to "mechanism".

74. In the following excerpt: "(...) the government received notifications of 3,306 potential victims of modern slavery in England and Wales (...)", the underlined words are, respectively:

- (A) A noun; an adjective; a noun; an adjective.
- (B) An adjective; an adjective; a noun; a noun.
- (C) An adjective; a noun; an adjective; a noun.
- (D) A noun; a noun; an adjective; an adjective.
- (E) An adjective; a noun; a noun; a noun.

75. Mark the option which Best describes the word "Who" as it appears in sentences like "There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism (...)".

- (A) It is an interrogative pronoun which points out to the person which has done the action.
- (B) It is a reflexive pronoun which works as the direct or indirect object of the verb.
- (C) It is a possessive pronoun which is used to indicate the one or ones belonging to the person it refers back to.
- (D) It is an object pronoun which is used as the direct or indirect object of the verb that comes before it.
- (E) It is a relative pronoun which works as the subject of the verb following it and refers back to a person or persons.

Informática

76. No Microsoft Word 2013, versão em português, uma das funcionalidades bastante utilizadas e difundidas na literatura é denominada Localizar. Qual é o comando de atalho que permite realizar a abertura do Localizar dentro do Microsoft Word 2013?

Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação.

- (A) Ctrl + C
- (B) Ctrl + L
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + Shift + C
- (E) Ctrl + Shift + L

77. Qual caminho deve ser percorrido, no Microsoft Excel 2013, para realizar a formatação da fonte de um texto dentro do arquivo?

Obs: Os caracteres "->" foram utilizados apenas para interpretação.

- (A) Arquivo -> Salvar Como -> Computador -> Fontes
- (B) Inserir -> Texto -> Fontes -> Formatação
- (C) Layout da Página -> Fontes
- (D) Inserir -> Fontes
- (E) Layout da Página -> Tamanho -> Margens -> Fontes

78. Qual é o nome da funcionalidade que existe no menu iniciar do Windows 7, versão em português, que, após a sua execução, mantém a sessão do windows na memória e coloca o computador em um estado de baixa energia para que se possa reiniciar rapidamente o trabalho?

- (A) Suspende.
- (B) Reiniciar.
- (C) Desligar.
- (D) Hibernar.
- (E) Bloquear.

79. Dentro do browser denominado Google Chrome, versão em português, existe uma funcionalidade que permite lembrar seus sites favoritos e aqueles que são visitados com mais frequência, armazenando o endereço dentro do browser para um próximo acesso mais fácil e rápido. Qual é o nome dessa funcionalidade?

- (A) Downloads.
- (B) Fontes de endereços.
- (C) Pop-ups.
- (D) Cookies.
- (E) Favoritos.

80. Um endereço de e-mail, normalmente, é composto por um padrão, protocolo, que caracteriza esse endereço como sendo de um correio eletrônico, um endereço de e-mail próprio. Dentre as seguintes opções, qual pode ser caracterizada como um endereço de e-mail?

- (A) endereço#enderecodeemail.com.br
- (B) @enderecodeemail.com.br
- (C) #enderecodeemail.com.br
- (D) endereço@enderecodeemail.com.br
- (E) www.enderecodeemail.com.br

.....

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

.....



EDITAL Nº 03/CESIEP/2019

DIVULGA GABARITO PÓS-RECURSOS DA PROVA ESCRITA E PARECERES DOS RECURSOS SOBRE QUESTÕES DA MESMA PROVA, DO CONCURSO PÚBLICO Nº 91/CESIEP/2017, PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (QOPM)

A Polícia Militar de Santa Catarina, por intermédio do Sr. Cel PM Presidente da Comissão de Concursos Públicos, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a divulgação do **EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PÓS-RECURSOS DA PROVA ESCRITA E PARECERES DOS RECURSOS SOBRE QUESTÕES DA MESMA PROVA**, referente ao Edital de Concurso Público nº 091/CESIEP/2017 e Edital nº 014/CESIEP/2018 de prosseguimento do Concurso Público, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica divulgado no **ANEXO I** deste Edital, o gabarito pós-recursos da Prova Escrita, referente ao Edital de Abertura nº 091/CESIEP/2017.

Art. 2º Fica divulgado no **ANEXO II** deste Edital, os pareceres dos recursos sobre as questões da Prova Escrita, referente ao Edital de Abertura nº 091/CESIEP/2017.

Florianópolis, SC, 22 de janeiro de 2019.

CLÁUDIO ROBERTO KOGLIN
Coronel PM Subcomandante-Geral
Presidente da Comissão de Concursos Públicos



ANEXO I – GABARITO PÓS-RECURSOS

OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR (QOPM) - PROVA 01																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	A	D	C	E	E	C	B	A	E	A	D	B	C	B	A	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	D	A	A	B	C	D	E	A	B	C	A	B	C	D	E	A	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	B	C	D	E	A	B	C	A	D	E	C	B	B	D	E	B	B	C	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
E	D	B	D	C	A	E	D	C	B	D	A	B	C	E	B	C	A	E	D
OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR (QOPM) - PROVA 02																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	D	C	E	E	B	B	A	E	A	D	B	C	C	A	D	C	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	D	A	B	B	C	D	E	A	B	C	A	B	C	D	E	A	B	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	C	D	E	A	B	C	A	D	E	C	B	B	A	E	B	B	C	A	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	D	D	C	A	E	D	C	B	B	A	B	C	E	D	C	A	E	D	B



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
COMISSÃO GERAL DE CONCURSOS PÚBLICOS



OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR (QOPM) - PROVA 03																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	C	E	E	B	C	A	E	A	D	B	C	C	B	D	C	E	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	A	C	D	E	A	B	C	A	B	C	D	E	A	B	C	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	D	E	A	B	C	A	B	E	C	B	B	A	D	B	B	C	A	E	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	E	C	A	E	D	C	B	B	D	B	C	E	D	A	A	E	D	B	C
OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR (QOPM) - PROVA 04																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	E	E	B	C	D	E	A	D	B	C	C	B	A	C	E	E	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	A	D	D	E	A	B	C	A	B	C	D	E	A	B	C	A	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	E	A	B	C	A	B	C	C	B	B	A	D	E	B	C	A	E	D	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
E	B	A	E	D	C	B	B	D	C	C	E	D	A	B	E	D	B	C	A



ANEXO II – PARECERES DOS RECURSOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 01 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 08 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 07 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 06
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16194, 16231, 16355, 16948, 16081, 16221, 16369, 17086, 17116, 16432, 16873, 16884, 16526, 16849, 17050, 17200, 17254.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que não há alternativa correta e que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <i>Da organização dos Poderes (art. 44 a 58)</i> , a qual autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a redação do art. 50, §2º da Constituição Federal, sendo que a omissão de parte da redação literal do dispositivo não é capaz, por si só, de tornar a alternativa incorreta. Outrossim, em nenhum momento, a referida alternativa usou os termos “exclusivamente” ou “somente” para delimitar os pedidos escritos de informações tão somente aos Ministros de Estados. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 02 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 01 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 08 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 07
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16825.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há duas alternativas que respondem corretamente o solicitado pelo enunciado da questão.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa “C” é a única que está em desacordo com a Constituição Federal, que assim dispõe: “Art. 105. Compete ao <u>Superior Tribunal de Justiça</u> : I - processar e julgar, originariamente: b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;”. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 03 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 02 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 01 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 08
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16187, 16256, 16665, 16693, 16769, 17092, 16043, 16276, 16968, 16532, 17143,



16255, 16697, 16703, 16749, 17151, 17193.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que não há alternativa correta e que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <u>Nacionalidade (art. 12 e 13)</u> , a qual autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. Ademais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a jurisprudência dominante aplicável ao caso, vez que, segundo o STF: “O brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a Constituição da República, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extraditacional daquele que é titular, seja pelo critério do <i>jus soli</i> , seja pelo critério do <i>jus sanguinis</i> , de nacionalidade brasileira primária ou originária.” Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 05 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 04 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 03 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 02
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16115, 16664, 17125.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <u>Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (art. 136 a 144)</u> , que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a redação do art. 138, §2º da Constituição Federal, que assim dispõe: “Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.” Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 07 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 06 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 05 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 04
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16045, 16120, 16203.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar e que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <u>Constituição do Estado de Santa Catarina, de 5 de outubro de 1989</u> , o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a redação do art. 167 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que assim dispõe: “O Estado aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.”. Por fim, a alternativa



A está incorreta tendo em vista que, nos termos do art. 10, §3º, “a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”. Os termos revogação e suspensão são juridicamente distintos. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 10

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 09

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 16

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 15

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16896, 16066, 16067, 16498, 16681, 16110, 16428, 16687, 16774, 16907, 17133.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que não havia alternativa que respondesse o solicitado pelo enunciado da questão e que o conteúdo abordado não constava em edital.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema Ato administrativo: conceito, classificação e invalidação, o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar não está de acordo com a doutrina majoritária sobre o tema, que assim leciona: “Ato perfeito é aquele que está em condições de produzir efeitos jurídicos, porque já completou todo o seu ciclo de formação. [...] Ato consumado é o que já exauriu os seus efeitos”. As demais alternativas encontram respaldo na doutrina dominante:

Alternativa A - “Atos de império seriam os praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular independentemente de autorização judicial, sendo regidos por um direito especial exorbitante do direito comum, porque os particulares não podem praticar atos semelhantes, a não ser por delegação do poder público.”

Alternativa C - “Atos de gestão são os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços.”

Alternativa D - “Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser gerais e individuais. Os atos gerais atingem todas as pessoas que se encontram na mesma situação; são os atos normativos praticados pela Administração, como regulamentos, portarias, resoluções, circulares, instruções, deliberações, regimentos.

Atos individuais são os que produzem efeitos jurídicos no caso concreto. Exemplo: nomeação, demissão, tombamento, servidão administrativa, licença, autorização.”

Alternativa E - “Atos simples são os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 11

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 10

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 09

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 16

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16092, 16190, 16226, 16232, 16240, 16253, 16327, 16406, 16596, 16713, 16790, 17090, 17249, 16088, 16166, 16207, 16426, 16537, 16692, 16855, 16974, 17018, 17104, 17113, 17114, 17172, 17237, 16053, 16185, 16212, 16265, 16274, 16343, 16468, 16608, 16637, 16787, 17080, 17184, 17287, 16017, 16097, 16172,



16553, 16562, 16792, 16843, 16856, 17088, 17196, 17202, 17204, 17273.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema Administração Direta e Indireta, o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que assim nos mostra: “Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Demissão imotivada de seus empregados. Impossibilidade. Necessidade de motivação da dispensa. (...) Os empregados públicos não fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da CF, salvo aqueles admitidos em período anterior ao advento da EC 19/1998. (...) Em atenção, no entanto, aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa. A motivação do ato de dispensa, assim, visa a resguardar o empregado de uma possível quebra do postulado da impessoalidade por parte do agente estatal investido do poder de demitir. Recurso extraordinário parcialmente provido para afastar a aplicação, ao caso, do art. 41 da CF, exigindo-se, entretanto, a motivação para legitimar a rescisão unilateral do contrato de trabalho.” As demais alternativas não encontram respaldo constitucional, doutrinário ou jurisprudencial, senão vejamos:

Alternativa B - Art. 37, XIX – “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”.

Alternativa C – “É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora”.

Alternativa D - “Por outras palavras, a Administração Pública, ao instituir, com autorização em lei, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações de direito privado, está socorrendo-se de meios de atuação próprios do direito privado; foi precisamente o regime jurídico de direito privado que levou o Poder Público a adotar esse tipo de entidade, pois, sob esse regime, ela pode atuar com maior liberdade do que a Administração Pública Direta. No entanto, tais pessoas nunca se sujeitam inteiramente ao direito privado. O seu regime jurídico é híbrido, porque, sob muitos aspectos, elas se submetem ao direito público, tendo em vista especialmente a necessidade de fazer prevalecer a vontade do ente estatal, que as criou para atingir determinado fim de interesse público.”

Alternativa E - “a empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público (com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta) e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 12

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 11

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 10

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 09

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16098, 16099, 16127, 16139, 16140, 16244, 16254, 16478, 16516, 16597, 16617, 16642, 16908, 16926, 16031, 16089, 16114, 16131, 16252, 16457, 16556, 16583, 16621, 16636, 17111, 17275, 16048, 16102, 16150, 16165, 16173, 16196, 16236, 16412, 16639, 16999, 17190, 17247, 16158, 16204, 16220, 16425, 16552, 16746, 17067, 17209, 17245.



ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital e que não havia alternativa que respondesse o solicitado pelo enunciado da questão.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema Conceito. Administração Pública: órgãos e agentes públicos. Servidor Público, o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a melhor doutrina acerca do tema, que assim nos mostra: “Embora os órgãos não tenham personalidade jurídica, eles podem ser dotados de capacidade processual. A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido essa capacidade a determinados órgãos públicos, para defesa de suas prerrogativas. Nas palavras de Hely Lopes Meirelles (2003:69-70), “embora despersonalizados, os órgãos mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, das quais resultam efeitos jurídicos internos e externos, na forma legal ou regulamentar. E, a despeito de não terem personalidade jurídica, os órgãos podem ter prerrogativas funcionais próprias que, quando infringidas por outro órgão, admitem defesa até mesmo por mandado de segurança”. Por sua vez, José dos Santos Carvalho Filho (2011:14-15), depois de lembrar que a regra geral é a de que o órgão não pode ter capacidade processual, acrescenta que “de algum tempo para cá, todavia, tem evoluído a ideia de conferir capacidade a órgãos públicos para certos tipos de litígio. Um desses casos é o da impetração de mandado de segurança por órgãos públicos de natureza constitucional, quando se trata da defesa de sua competência, violada por ato de outro órgão”.

Também a jurisprudência tem reconhecido capacidade processual a órgãos públicos, como Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Tribunal de Contas. Mas a competência é reconhecida apenas para defesa das prerrogativas do órgão e não para atuação em nome da pessoa jurídica em que se integram.”

As demais alternativas não encontram respaldo constitucional, doutrinário ou jurisprudencial, senão vejamos:

Alternativa A - O conceito apresentado reflete a teoria do órgão, nesse sentido: “pela teoria do órgão, a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de tal modo que quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse; substitui-se a ideia de representação pela de imputação.”

Alternativa B - A classificação apresentada é quanto às funções e não quanto à esfera de ação.

Nesse sentido: “quanto às funções, em ativos, consultivos ou de controle, segundo tenham por função primordial o desenvolvimento de uma administração ativa, ou de uma atividade consultiva ou de controle sobre outros órgãos.”

Alternativa C - Art. 41, § 3º da Constituição Federal: “extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.”

Também, nesse sentido: Súmula nº 22 STF: o estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.

Alternativa D - O conceito apresentado reflete o critério das relações jurídicas.

Nesse sentido: “Critério das relações jurídicas: Há ainda os que consideram o Direito Administrativo como o conjunto de normas que regem as relações entre a Administração e os administrados.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 13

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 12

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 11

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 10

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16101, 16248, 16258, 16599, 16742, 16910, 16952, 17054, 16119, 16159, 16633, 16678, 16686, 16702, 16780, 16975, 17024, 17120, 17154, 17308, 16157, 16214, 16215, 16282, 16389, 16398, 16536, 16650, 16820, 16915, 17175, 17211, 17291, 16572, 16809, 16824, 17214, 17216.



ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <u>Princípios básicos da administração pública. Poderes administrativos. Ato administrativo: conceito, classificação e invalidação</u> , o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, no sentido que leis que proíbam o nepotismo na Administração Pública NÃO são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, podendo, portanto, ser propostas pelos parlamentares. Dessa forma, não há vício de iniciativa. A vedação ao nepotismo tem por objetivo cumprir os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e moralidade na Administração Pública (RE 570392). As demais alternativas não encontram respaldo constitucional, doutrinário ou jurisprudencial, senão vejamos: Alternativa B - conforme entendeu o STF na edição da SV 13, a proibição do nepotismo não exige a edição de lei formal, considerando que essa vedação decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da CF/88. RE 579951 Alternativa C - Art. 84. “Compete privativamente ao Presidente da República: VI – dispor, mediante decreto, sobre: b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.” Alternativa D - “Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa; é o caso dos estudantes de uma escola pública. Não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado.” Alternativa E - “Anulação, que alguns preferem chamar de invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.” Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 14
PROVA 02 – QUESTÃO Nº 13
PROVA 03 – QUESTÃO Nº 12
PROVA 04 – QUESTÃO Nº 11
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16104, 16145, 16186, 16201, 16247, 16259, 16263, 16403, 16500, 16600, 16667, 16706, 16763, 16846, 16918, 16927, 16928, 17058, 16077, 16100, 16188, 16535, 16648, 16657, 16679, 16704, 16705, 16724, 16751, 16977, 17029, 17051, 17068, 17139, 17176, 17296, 16050, 16070, 16083, 16177, 16191, 16200, 16336, 16339, 16465, 16539, 16795, 17101, 17180, 17221, 17297, 16018, 16046, 16059, 16082, 16096, 16132, 16160, 16241, 16307, 16324, 16328, 16557, 16565, 16646, 16652, 16655, 16745, 16779, 16793, 16822, 16836, 16854, 16860, 16971, 17030, 17034, 17127, 17160, 17226, 17230, 17250.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema <u>Intervenção na propriedade e no domínio econômico</u> , o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. As demais alternativas não encontram respaldo constitucional, doutrinário ou jurisprudencial, senão vejamos: Alternativa A - Art. 177. “Constituem monopólio da União: II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.” Alternativa B - “O ente desapropriante não responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado nas



hipóteses em que o período de ocorrência dos fatos geradores é anterior ao ato de aquisição originária da propriedade. STJ. 2ª Turma.”

Alternativa C – “A responsabilidade de reparar e conservar o imóvel tombado é do proprietário, salvo quando demonstrado que ele não dispõe de recurso para proceder à reparação.”

Alternativa E - “Esse procedimento compreende duas fases: a declaratória e a executória, abrangendo, esta última, uma fase administrativa e uma judicial. Na fase declaratória, o Poder Público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação. [...] A segunda fase do procedimento da desapropriação – a executória – pode ser administrativa ou judicial. Compreende os atos pelos quais o Poder Público promove a desapropriação, ou seja, adota as medidas necessárias à efetivação da desapropriação, pela integração do bem no patrimônio público.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 15

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 14

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 13

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 12

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16257, 16111, 16316, 17124.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital e que não havia alternativa que respondesse o solicitado pelo enunciado da questão.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com a Lei de Licitações, que assim prevê: “Art. 39, Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente”. As demais alternativas não encontram respaldo legal, senão vejamos:

Alternativa A - Art. 3, § 2º “Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.”

Alternativa C - Art. 21, § 2º “O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

II - trinta dias para:

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo ‘melhor técnica’ ou ‘técnica e preço’

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea ‘b’ do inciso anterior, ou leilão.”

Alternativa D – Art. 61, Parágrafo único. “A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.”

Alternativa E - Art. 109. “Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:



II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 16

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 15

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 14

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 13

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16093, 16107, 16193, 16210, 16230, 16234, 16261, 16341, 16504, 16509, 16601, 16631, 16708, 16735, 16764, 16768, 16781, 16802, 16847, 16932, 16933, 16964, 17045, 17062, 17087, 17135, 16035, 16041, 16109, 16118, 16155, 16161, 16192, 16464, 16546, 16563, 16604, 16628, 16635, 16700, 16707, 16755, 16859, 16972, 16978, 17044, 17056, 17097, 17105, 17144, 17179, 17260, 16057, 16072, 16152, 16169, 16189, 16195, 16202, 16217, 16285, 16508, 16547, 16800, 16828, 16853, 16886, 17100, 17119, 17194, 17300, 16090, 16112, 16138, 16164, 16183, 16310, 16347, 16638, 16691, 16804, 16807, 16826, 16876, 16958, 17000, 17035, 17073, 17083, 17131, 17201, 17236.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, preliminarmente, cumpre salientar que a questão em comento possui previsão em edital, especificamente no tema Lei nº 8.429/92, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, o que autoriza sua cobrança em nível legislativo, doutrinário e jurisprudencial. No mais, a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, nesse sentido: A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, com base na aplicação subsidiária do CPC e por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65. As demais alternativas não encontram respaldo legal, doutrinário ou jurisprudencial, senão vejamos:

Alternativa A - Art. 7º “Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.”

Alternativa B - Art. 2º “Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.”

Alternativa D – Art. 19. “Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Pena: detenção de seis a dez meses e multa.”

Alternativa E – “O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa.” Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO PENAL COMUM

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 18

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 17

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 24



PROVA 04 – QUESTÃO Nº 23
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16061, 16064, 16073, 16091, 16128, 16366, 16501, 16620, 16626, 16671, 16716, 16811, 16848, 16930, 16947, 16039, 16056, 16069, 16148, 16168, 16179, 16213, 16218, 16280, 16295, 16382, 16476, 16629, 16662, 16757, 16772, 16872, 16979, 17065, 17286, 16078, 16079, 16142, 16151, 16206, 16208, 16228, 16390, 16411, 16473, 16506, 16672, 16923, 17122, 16182, 16219, 16239, 16326, 16329, 16502, 16511, 16564, 16676, 17164, 17167, 17294.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa "A", embora suprima trecho do texto legal, está condizente com o Código Penal, uma vez que repete parte verdadeira do trecho legal, sendo que a parte ocultada pela banca não contradiz a parte revelada na alternativa, mas tão somente a complementa. Nota-se ainda que a alternativa "D" reflete justamente o trecho suprimido na alternativa "A", mas, como contém o vocábulo "apenas", não pode ser considerada correta. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 19 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 18 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 17 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 24
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16225,16260.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta. Alguns candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o Código Penal vigente prevê a "violenta emoção" como eventual causa de diminuição de pena (ou "minorante") em terceira fase de dosimetria penal. Os recursos recebidos pela banca aduzem que a alternativa apontada como correta no gabarito não inclui a "paixão e a violenta emoção" como circunstância atenuante, mas tão somente como causa de diminuição de pena (circunstância minorante). Aduzem ainda que os Arts. 121, § 1º, e 129, § 4º, todos do Código Penal, comprovariam que os institutos trazidos a lume se inscrevem nas circunstâncias atenuantes, apreciadas em segunda fase de dosimetria penal. Porém, os intentos recursais nesse sentido não merecem prosperar. Em primeiro, a alternativa apontada como incorreta não inclui a "paixão" como causa de diminuição de pena, do contrário estaria incorreta. Aponta tão somente a "violenta emoção" como hipótese de circunstância majorante somada a outros fatores. Leia-se: "Emoção e paixão não excluem a imputabilidade penal, embora em alguns casos específicos a violenta emoção possa ser adotada como causa de diminuição de pena quando somada a outros fatores". Tanto a doutrina penalista quanto a jurisprudência consoante entendem indubitavelmente que as causas de diminuição de pena estão presentes na Parte Geral do Código Penal e na Parte Especial, e se expressam quando o legislador anuncia no texto legal diminuições nas penas sob a forma de percentuais, tais como os exemplos brindados pelo próprio recorrente: Art. 121, § 1º, CP: "Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço". Ao definir a diminuição penal em "um sexto a um terço", refere-se o legislador à causa de diminuição de pena. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.



PROVA 01 – QUESTÃO Nº 23 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 22 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 21 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 20
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16116, 16243, 16147, 16154, 16216, 16871, 16049, 16229.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa correta, segundo o gabarito, é a única que contém uma diferenciação correta entre os tipos penais constantes no enunciado. Todas as outras contém distinções inexistentes na legislação. Ainda, não há que se falar que a transnacionalidade é um requisito indispensável para se consolidar a diferenciação entre os tipos penais aventados, porque o art. 1º, § 1º, da Lei 12.850 de 2013, estabelece a conjunção "ou" quando se refere às penas e à transnacionalidade, ou seja, cometerão delito de organização criminosa aqueles que se reunirem para a prática de crimes com penas máximas acima de quatro anos <u>ou</u> crimes que contenham em seus elementos caráter transnacional. Não há uma conjunção aditiva, neste caso, mas alternativa. A "obtenção de vantagem" arrazoada por alguns recursos também não gera modificação no gabarito, uma vez que o texto legal se refere à obtenção de vantagem <u>mediante</u> o cometimento de infrações penais. <i>In verbis:</i> "Considera-se organização criminosa a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional." Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO PENAL MILITAR

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 25 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 32 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 31 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 30
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16889.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar é a única capaz de preencher a lacuna requerida no enunciado da questão. Recursos recebidos arrazoam que a alternativa "A" selecionada como correta confundiu os princípios da legalidade e da reserva legal ao redigir o seguinte: "O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal." Porém, o intento não merece prosperar. A doutrina majoritária refere-se à "legalidade" e à "reserva legal" como sinônimos principiológicos, tal como Celso Delmanto:



"*Nullum crimen, nulla poena sine lege scripta* (legalidade): Somente a lei, criada com a observância dos princípios e das regras constitucionais fixadas para a sua devida elaboração, pode determinar o que é crime e indicar a pena cabível. Deve, portanto, ser lei federal, oriunda do Congresso Nacional. Veda-se punição com base no direito objetivo (que abrange os usos e costumes), admitindo-se a criminalização de condutas e a sua punição somente com fundamento no direito positivo, ou seja, objeto de lei (*ius positum*), lembrando-se a máxima *nullum crimen, nulla poena sine lege scripta* (não há crime nem pena sem lei escrita)." Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 26

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 25

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 32

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 31

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16029, 16143, 16087.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta é a que prescreve o art. 12 do Código Penal Militar, em sua literalidade: "O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar." As demais alternativa indicavam pessoas que não compõem o quadro militar circunscrito à lei penal militar. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 28

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 27

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 26

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 25

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16032, 16063, 16136, 16237, 16245, 16262, 16377, 16520, 16734, 16760, 16850, 17016, 17019, 16025, 16047, 16084, 16125, 16153, 16238, 16424, 16475, 16595, 16894, 16990, 17153, 17157, 17228, 16181, 16198, 16209, 16223, 16394, 16414, 16551, 16887, 17140, 16080, 16086, 16167, 16333, 16447, 16495, 16521, 16578, 16675, 16862, 16951, 17185, 17189, 17304.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que os candidatos alegam que a alternativa "A" está correta, porque a teoria jurídica adota a punição por crimes praticados com dolo. Ocorre que essa mesma alternativa oculta que a mesma teoria jurídica adotada no Brasil também pune crimes praticados culposamente, não sendo eles necessariamente uma exceção à regra digna de confirmá-la, mas elementar da própria exigência legal.

Embora a alternativa "A" aponte que "ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente", estando essa assertiva parcialmente inscrita na regra prevista no ordenamento jurídico brasileiro, a omissão a respeito da pratica culposa torna o enunciado incorreto, pois dá a entender que a imposição oficial da ordem jurídica é a punição a título unicamente de dolo. Da mesma valia, a alternativa "D" contempla integralmente o dispositivo legal, prescribente da norma relativa à punição a título de culpabilidade àqueles agentes que se excederem no uso das excludentes de ilicitudes, se as infrações respectivas assim ensejarem o incurso culposo. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.



PROVA 01 – QUESTÃO Nº 29 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 28 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 27 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 26
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16051, 16482, 16126, 17136, 17166, 17289, 16224, 16598, 16777, 16786, 17081, 17152, 16211, 16863, 16865, 17085.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta. Ainda, outros candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que os candidatos interpuseram recursos alegando, em suma, que o art. 81 do Código Penal Militar prevê ser de no máximo 30 anos a pena de prisão unificada e, por isso, a alternativa "D" também estaria igualmente correta junto com a alternativa "E". Porém, são improcedentes os recursos. A razão é simples. A alternativa "D" diz que: "A pena unificada não pode ultrapassar trinta anos, se é de reclusão ou se é de detenção". Porém o art. 58 do Código Penal Militar aponta diferenciação entre reclusão e detenção: "O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos". Enquanto isso, o art. 81 suscitado prescreve: "A pena unificada não pode ultrapassar de trinta anos, se é de reclusão, ou de quinze anos, se é de detenção". Logo, em interpretação sistemática, nota-se que não é possível que a pena de detenção seja abstratamente cominada com o máximo de trinta anos, nem que sua unificação ultrapasse os quinze anos. Nesse sentido, lição de Guilherme de Souza Nucci: "Unificação das penas e limites: o disposto no art. 81, <i>caput</i> , do CPM, apresenta o teto para o cumprimento da pena de reclusão (30 anos) e da pena de detenção (15 anos). Apresenta, entretanto, redação lacunosa. Deveria ter se referido, claramente, ao tempo de cumprimento da pena, como o fez o art. 75 do CP. Afinal, quando se cuida do limite de unificação, para outros fins, rege a situação o art. 58 do CPM, indicado, inclusive, pelo art. 79, que cuida do concurso de crimes. Diante disso, deve-se complementá-lo pela leitura e aplicação do disposto pelo mencionado art. 75 do CP. Ninguém cumpre mais que 30 anos de prisão (reclusão) ou 15 (detenção). Além disso, em fase de execução, sempre que o montante de penas ultrapassar esse teto, o juiz fará a unificação, para fins de cumprimento. Todos os benefícios de execução (progressão, livramento condicional etc.) continuam a ser calculados pelo total, nos termos da Súmula 715 do STF ('A pena unificada para atender ao limite de 30 (trinta) anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução'). E quando, realizada a unificação, tornar o condenado a praticar crime, depois do início do cumprimento da pena, faz-se a necessária adaptação, conforme disposto pelo art. 75, § 2.º, do CP." Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 31 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 30 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 29 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 28
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16156, 16266, 17156, 16544, 16791, 17187, 16178, 17084, 17132, 17169, 16250, 16334, 16461, 16673, 17053, 17195.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que não há alternativa correta. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta.



RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa anunciada como correta pelo gabarito preliminar é a única que contém dispositivo legal integral, enquanto as demais contêm modificações contaminadoras de sua veracidade. Os recursos recebidos pela banca basicamente contestam a alternativa "B" porque ela não teria especificado quem seria o "militar" apontado como agente do fato criminoso previsto no art. 174 do Código Penal Militar. Assevera-se, portanto, que o crime exige que o sujeito ativo seja pessoa determinada, porque crime de "mão própria", isto é, crime necessariamente praticado por Oficial militar. Porém, os recursos não merecem prosperar, uma vez que o tipo penal em comento tutela a administração militar.

Na mesma ordem de ideias, Guilherme de Souza Nucci sequer menciona o oficialato como sujeito ativo necessário à prática delitiva, mas tão somente "superior", senão vejamos:

"Aspectos objetivos: o sujeito ativo é o militar superior; o passivo é o Estado; secundariamente, o subordinado punido. Exceder significa abusar, ultrapassar o permitido, voltando-se à punição implementada ao militar subordinado. É certo haver disciplina e rigor no serviço militar, mas não se pode aceitar o abuso, que é sinônimo de ilicitude."

E ainda:

"Superior hierárquico para fins penais: o critério eleito pelo Código baseia-se na função exercida – e não no cargo ocupado. Por isso, ilustrando, oficiais que ocupam o mesmo posto podem apresentar relação de superioridade, para fins penais (como o crime de desrespeito ao superior), quando a sua função assim determinar, o que ocorre quando um deles assume o comando da tropa ou batalhão. Segundo nos parece, não vemos relação de hierarquia entre integrantes das Forças Armadas e membros das Polícias Militares e Bombeiros dos Estados. São organismos diferentes. No mais, no cenário das Forças Armadas, torna-se relevante quem tem atribuição (em virtude da função) para liderar, chefiar ou comandar determinado setor militar, pois é o que prevalece. O mesmo se diga no âmbito da Polícia Militar e Bombeiros do Estado (não envolvendo militares de Estados diferentes)."

Também não há que se falar a respeito do art. 169 do Código Penal Militar, uma vez que este pune o agente delituoso com reclusão, de três a cinco anos, e não com suspensão do posto, como constado na alternativa criticada. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 35

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 34

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 33

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 40

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16042, 16851, 16976, 16566, 17263.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta no gabarito preliminar é a única que reproduz integralmente a literalidade do texto legal, enquanto as demais foram necessariamente adulteradas para que constassem equívocos em suas redações. Foram interpostos recursos que aduziram, em suma, haver conjugação entre os Arts. 125 e 126 do Código de Processo Penal com o fim de tornar equívoca a proposição, aglutinando institutos díspares. A banca tem entendimento diverso dos candidatos, uma vez que os dispositivos legais citados confirmam-se e complementam-se, afinal, só se pode decretar o sequestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração pelo indiciado se existirem indícios veementes de tal relação causal, a insurgência, de certa



forma, comprova que a alternativa "E" está inadequada, porque, além de prever apenas indícios "mínimos" e não "veementes", transforma a *forma mentis* do legislador em um amontoado de dizeres discrepantes.

Já a alternativa "D" está incorreta, pois, segundo o Art. 245 do CPP: "As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta". Assim sendo, correta está tão somente a alternativa "C", que prescreve literalmente o disposto no art. 149 do CPP. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 36

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 35

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 34

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 33

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16060, 16095, 16197, 16934, 16961, 16036, 16117, 16124, 16129, 16162, 16180, 16222, 16246, 16348, 16391, 16421, 16899, 17213, 16052, 16058, 16176, 16251, 16402, 16410, 16785, 16861, 16076, 16227, 16474, 16580, 17285.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa "D" do gabarito preliminar é a única que conduz o enunciado à correta aplicação do entendimento legal, senão vejamos.

Foram interpostos recursos alegando, em suma, que a alternativa "D" não está correta, porque fala apenas em "previsão legal", sendo que a prova ilícita é aquela que também contradiz a "previsão constitucional". Além disso, alegou-se que a alternativa "A" permitiria interpretação no sentido de delimitar a admissibilidade das provas derivadas das ilícitas, nos casos em que estas puderem ser alcançadas por fontes independentes, o que não as tornaria ilícitas por derivação e consequentemente autorizaria o seu aproveitamento.

Porém os recursos não merecem aproveitamento. Quando se fala em "previsão legal", é notório que se admite a lei no seu sentido *lato*, isto é, qualquer texto normativo capaz de gerar efeitos *erga omnes* ou *inter partes*. Não se quer dizer tão somente em leis ordinárias e complementares, uma vez que a Constituição da República, em avocação de sinônimos, é chamada de "Lei Maior" e de "Lei Magna".

Também não se pode dizer que a alternativa "A" da questão é dúbia o suficiente para ensejar interpretações que a legitimassem como correta. Veja-se que a proposição demarca o seguinte: "São admissíveis as provas derivadas das ilícitas, especialmente quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras". Em primeiro lugar, não há que se falar, em regra, na permissibilidade da admissibilidade das provas derivadas das provas ilícitas. Como exceção, admitir-se-á tão somente aquelas provas derivadas que poderiam ser obtidas independentemente das provas ilícitas que por ventura tenham sido concretamente derivadas. A propositiva da alternativa "A" subverte a regra e a exceção, invertendo-as: torna admissíveis todas as derivadas como regra, declarando inequivocamente ("especialmente") como admissíveis aquelas que possam ser obtidas independentemente. A alternativa "A" estaria correta se, no lugar de "especialmente", a banca tivesse usado "unicamente". Porém, não o fez, o que macula a proposição ora contestada. A alteração textual na alternativa "A", bem como a conformidade legal da alternativa "D", impedem o provimento dos recursos. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 37



PROVA 02 – QUESTÃO Nº 36 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 35 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 34
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16074, 16038, 16094, 16171, 16418, 16494, 17309, 17317, 16264, 16404, 16405, 16880, 16581, 16731, 17071, 17313
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa "D" é a única que vai ao encontro do Código de Processo Penal, enquanto as demais encontram-se de alguma forma adulteradas. Foram interpostos recursos arrazoando estar a alternativa "A" correta, porque prescreveria entendimento semelhante ao que dispõe o art. 240, § 1º, "e", do CPP, <i>in verbis</i> : "Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu". Porém a alternativa "A" prevê: "Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas indispensáveis à ampla defesa do acusado". Embora "defesa" e "ampla defesa" possam ser entendidas como semelhantes, o mesmo não merece a mesma valoração quando se analisa "descobrir objetos necessários" e "apreender coisas indispensáveis". Descobrir não é o mesmo que apreender, necessariamente. Veja-se que o próprio enunciado da questão diferencia a busca da apreensão, sendo que aquela caracteriza-se pela descoberta de algo, e esta pela tomada física de algo. Sobre isso, leciona Edilson Mougnot Bonfim: "Busca e apreensão, embora se encontrem intimamente ligadas, constituem, na verdade, fenômenos distintos. Poderá haver busca sem apreensão (quando não se encontrar o objeto procurado), ou apreensão sem busca (na hipótese em que a coisa seja apresentada à autoridade, lavrando-se auto de exibição e apreensão). Não obstante, na maior parte dos casos, a diligência será integrada por esses dois atos. Busca é o ato destinado a procurar e encontrar pessoa ou coisa; apreensão é ato pelo qual há apossamento e guarda da coisa ou de pessoa." Ainda, alegou-se que a alternativa "B" também estaria correta, porque conteria parcial conteúdo legal prescrito no CPP. Ocorre que a alternativa contém uma proposição incorreta, porque afirma ser restituível a coisa somente após o trânsito em julgado. Pela regra admitida no direito processual penal brasileiro, se a coisa não mais interessar ao processo, poderá ser ela restituída ao seu proprietário reivindicante. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 39 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 38 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 37 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 36
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16133, 17147, 16054, 17170.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa apontada como correta não responde ao solicitado pelo enunciado da questão.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar condiz com o texto legal da Lei Federal nº 12.850 de 2013. Nos recursos interpostos, alegou-se que a alternativa "B" "está incorreta por condicionar a validade do instituto da colaboração premiada à obtenção de um resultado específico". Contudo, o próprio art. 4º da referida lei prevê, em seu



trecho final, a necessidade de um resultado, dentro os vários possíveis: "(...) desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados".

Dentre esses resultados possíveis, consta no inciso III: "a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa".

A respeito leciona Renato Brasileiro de Lima: "A inserção da conjunção alternativa 'ou' no caput no art. 4º da Lei nº 12.850/13 deixa transparecer que não há necessidade da consecução de todos os resultados. Na verdade, ainda que a colaboração do agente resulte na obtenção de apenas um dos resultados, como, por exemplo, a localização da vítima com a sua integridade física preservada (art. 4º, V), o agente fará jus aos prêmios legais, levando-os em consideração, para tanto, a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração." Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 41

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 48

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 47

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 46

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16062, 16068, 16103, 16881, 16055, 16487, 16864, 16123, 16313, 17032, 17074, 17091, 17231, 16071, 16235, 17276.

ALEGAÇÕES: Em síntese, candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta para a questão.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar é a única que condiz com o Código de Processo Militar vigente, senão vejamos: interpuseram recursos para alertar que a alternativa "E" da questão em comento também estaria correta, uma vez que o art. 3º, "b", do Código de Processo Militar, prevê a "jurisprudência" como meio capaz de suprir os casos omissos no CPPM. Já a alternativa criticada previu isto: "O Código de Processo Penal Militar declara como fonte do direito processual penal militar a jurisprudência das excelsas Cortes Superiores de Justiça." Porém, os recursos não merecem acolhimento, porque o CPPM é cristalino ao apontar como FONTE do direito judiciário militar apenas o CPPM, conforme o art. 1º do diploma normativo: "O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe fôr estritamente aplicável." Veja-se que o CPPM é restritivo às fontes do direito processual penal militar: anota o CPPM e as leis especiais que lhes forem estritamente aplicáveis. O art. 3º do CPPM prevê tão somente os métodos em que os casos omissos serão supridos, o que não se pode admitir que esses mesmos recursos sejam tidos como "fonte". Veja-se que, se assim não o fosse, a alternativa "B" também estaria correta, uma vez que o art. 3º também cita a "analogia" como recurso contra a omissão do CPPM, e a alternativa "B" fala em "analogia *contra legem* exceto quando cercear a defesa do acusado". Tanto a jurisprudência como a analogia, compreendidas no art. 3º do CPPM, não são definidas como fonte do direito processual penal militar, mas apenas como recursos de integração normativa. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 43

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 42

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 41

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 48



PROTOCOLOS DE RECURSO: 16493, 16684.
ALEGAÇÕES: Em síntese, candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta para a questão.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa "C" é a única que condiz com o texto legal respectivo ao enunciado da questão. O recurso que impugnou a questão, apontando como a alternativa "B" como correta, carece de fundamento, uma vez que o art. 37, "a", do CPPM, impede o juiz de apreciar caso em que "como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive". A alternativa "B", porém, descreve que esse mesmo juiz <u>poderá</u> exercer jurisdição quando tiver seu parente atuado como perito. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 44 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 43 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 42 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 41
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16659.
ALEGAÇÕES: Em síntese, candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta para a questão e que o conteúdo abordado pela questão não constava em edital.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa apontada como correta no gabarito preliminar se refere ao art. 88 do CPPM, na seara na competência judiciária penal militar. O edital contempla o direito processual penal militar de maneira extensiva, descartando tão somente suas disposições transitórias, não sendo cabível recurso que intente a anulação da presente questão por furtar tema previsto no regimento do concurso. Como é de notório saber, regras de competência e foro são iminentes ao direito processual e sua inclusão na presente prova pela banca é medida típica. Também não deve prosperar o recurso que pugna pela anulação da questão por estar a alternativa "A" igualmente correta, uma vez que prescreveria norma digna do CPP comum. Ocorre que o CPP comum só é aplicável em casos omissos, conforme o art. 3º do CPPM, e o CPPM não detém omissão relativa à competência jurisdicional. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 46 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 45 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 44 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 43
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16122.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos solicitam a anulação da questão expondo que há mais de uma alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa divulgada como correta no gabarito preliminar é a única que contempla as normas previstas no texto do Código de Processo Penal Militar. Interpuseram recursos alegando que a alternativa "B" também estaria correta – porque incorreta segundo a exigência do enunciado da questão. Porém, segundo a literalidade do art. 223 do CPPM, "a prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo", que é justamente o que redige a alternativa "B". O cotejo com o art. 243 do CPPM não merece acatamento, porque não se refere necessariamente a prisão de militares,



mas de quaisquer pessoas.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 47

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 46

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 45

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 44

PROTOCOLOS DE RECURSO: 17181.

ALEGAÇÕES: Em síntese, candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta para a questão.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alternativa divulgada como correta no gabarito preliminar é a única que contempla duas possibilidades previstas no art. 255 do Código de Processo Penal Militar. Foram interpostos recursos requerendo fosse tomada como correta a alternativa "B". Ocorre que essa alternativa fala em "ordem econômica", enquanto que a lei cabível fala em "ordem pública". Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

DIREITO CIVIL

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 53

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 52

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 51

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 50

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16121.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a alegação de que a alternativa (D) também estaria correta não prospera. Isso porque o parágrafo único do art. 188 do Código Civil é claro em sua dicção:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 55

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 62

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 61

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 60

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16365, 16184, 17192, 17149, 17262, 16267.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que as questões não são inéditas.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que os recursos interpostos pugnam a anulação da questão sob a alegação de que esta não



seria inédita, por ter sido aplicada nos concursos da PM-RO de 2009 e BHTRANS – Pedagogo (FUNDEP - 2013). No entanto o Código de Trânsito Brasileiro teve seu artigo 302 alterado pelas leis 12.971/2014 e 13.281/2016, posteriores aos concursos com supostas questões “idênticas”. Dessa forma, mesmo apresentando certa semelhança, não há como alegar que as questões sejam idênticas. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 56

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 55

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 62

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 61

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16106, 16758, 17003, 16567.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a questão não condiz com o conteúdo de Legislação Institucional.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, em que pese haver um caderno de questões específico para o Código Penal Militar, tal dispositivo legal está também previsto no conteúdo programático de legislação Institucional, o que pode ser facilmente verificado no edital de abertura do concurso. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 57

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 56

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 55

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 62

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16174, 16242, 16577, 16602, 16607, 16677, 16710, 16733, 16784, 16798, 16919, 16935, 16993, 17046, 17079, 17145, 16146, 16199, 16653, 16656, 16709, 16712, 16715, 16761, 17171, 17277, 16519, 16541, 16609, 16640, 17059, 17197, 17225, 17261, 17302, 16233, 16560, 16669, 16721, 16727, 16729, 16794, 16867, 17123, 17161, 17191.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que os argumentos expendidos foram no sentido de que a alternativa (C) também estaria correta, já que o STF decidiu pelo início do cumprimento da pena privativa de liberdade após condenação em segundo grau. Nesse sentido, a alternativa apontada como supostamente correta pelos recursos, assevera que os oficiais serão reformados quando: “(C) For condenado em segundo grau a pena de reforma previsto no Código Penal Militar.”

No entanto, tais alegações não merecem prosperar, pois:

Primeiramente porque o STF não determinou a extensão dos efeitos de sua decisão aos casos de transgressão do Código Penal Militar, isso porque o caso julgado se tratava de lesão a dispositivo penal aplicado a civis.

Em segundo lugar, porque não se pode confundir início de cumprimento de pena privativa de liberdade, que foi o objeto de julgamento do STF, com sanções administrativas, que é o caso da sanção prevista no art. 109, inciso III da Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 58



PROVA 02 – QUESTÃO Nº 57 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 56 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 55
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16105, 17311, 16170, 17257.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar. Alguns candidatos solicitam a anulação da questão, expondo que há mais de uma alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que não se pode confundir comunicação verbal, com confirmação de comunicação. Assim, mesmo que a comunicação de ato de indisciplina, se feita verbalmente, tenha que ser confirmada por escrito, a participação em si, pode ser feita verbalmente, até para que o superior do indisciplinado possa tomar decisões urgentes que possam vir a ser necessárias diante do ato de indisciplina. Também não há que se falar que a alternativa (E) está correta sob a analogia de que a hierarquia militar não permite que ato de indisciplina de superior hierárquico possa vir a ser conhecido por seus subordinados. Se assim fosse, o Comandante Geral de Polícia Militar nunca teria a possibilidade de ser punido. Ademais, a alternativa (E) diverge do art. 32 do Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – (RDPMSC). Art. 32 - A publicação da punição imposta a oficial ou aspirante a oficial, em princípio, deve ser feita em Boletim Reservado, <u>podendo ser em Boletim Ostensivo</u> , se as circunstâncias ou a natureza da transgressão, assim o recomendarem. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 61 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 60 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 59 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 58
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16413, 16670, 17274, 16944, 16963, 17159, 16205, 16941, 17118, 16446, 16701, 16852, 17023, 17115, 17269, 17272.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há um equívoco na formulação da questão que a tornou dúbia. Para alguns, há mais de uma alternativa correta, enquanto outros apontam a inexistência de uma alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, houve alegação do sentido de que a alternativa (E) estaria correta, não havendo assim alternativa a ser assinalada. No entanto, tal fundamentação está equivocada, isto porque, o art. 29, inciso IV da Lei 6.215/183 que amparava tal fundamentação foi revogada em 1994, pela Lei Complementar 130/1994. Também não assiste razão a alegação de que o §1º do art. 29 da 6.215/1983 disciplina que o militar que transgredir o inciso II do art. 29 seria submetido a Conselho de Justificação, o que então, por interpretação extensiva, levaria ao entendimento de que o militar submetido a Conselho de Justificação também não estaria submetido aos quadros de promoção. No entanto, a transgressão do inciso II do art. 29 não é o único caso de submissão de militar ao Conselho de Justificação, o que leva ao entendimento de que a submissão por si só ao Conselho de Justificação não afasta o militar do acesso aos quadros de promoção, e sim certas situações que, por consequência, também levam o militar a ser submetido ao Conselho de Justificação. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 62 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 61
--



PROVA 03 – QUESTÃO Nº 60 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 59
PROTOCOLOS DE RECURSO: 17082.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta e que a questão se baseia em texto de Lei revogado.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que não prospera a alegação de que a banca se utilizou de texto revogado de Lei para fundamentação da questão, pois as alterações referem-se aos parágrafos 1º e 2º do art. 10 do Decreto 19.236/1983, sem no entanto nunca alterar os seus incisos, estes sim o embasamento legal para a invalidação da alternativa (B). Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

LÍNGUA PORTUGUESA

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 64 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 63 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 70 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 69
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16728, 17242, 16613, 16815, 16134, 16026, 16723.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há duas alternativas corretas.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que “quando a situação se deteriora” classifica-se como subordinada adverbial temporal, estabelecendo, portanto, com a oração principal, “a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias” uma relação de tempo. Isso se deve ao fato de que ela delimita o momento a partir do qual a polícia passa a assumir um papel social que, de acordo com o texto, não deve ser atribuído apenas a essa instituição (dessa forma, as nuances de condicionalidade e de consequência não são plausíveis à leitura proposta, primeiramente por não se tratar de uma possibilidade a situação se deteriorar e, em seguida, devido ao fato de a ideia de consequência estar articulada à oração principal, e não à subordinada). Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 65 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 64 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 63 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 70
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16075, 16144, 16273, 16747, 16893, 16936, 16044, 16661, 16874, 17078, 17290, 17126, 17318, 16135, 16732, 16879, 17099, 17306.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa correta é diferente da apresentada no gabarito preliminar.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista as seguintes explicações para cada uma das alternativas: Alternativa A: incorreta, pois nela ocorre uma antítese (maior x menor). Alternativa B: incorreta, pois nela não ocorre figura de linguagem (vale ressaltar que o enunciado não afirma que Brusque recebeu atendimento, mas “em Brusque” a taxa de atendimento escolar fora de 31,3%; assim, a preposição deixa explícito que não ocorre metonímia no trecho em questão.



Alternativa C: correta, pois nela ocorre uma metonímia em “a responsabilidade recai sobre **os ombros das polícias**.”, visto que a palavra ‘ombro’ não está sendo utilizada em seu sentido próprio, por não estar sendo feita referência a ombro como uma parte do corpo (S.m. 1. Anat. O segmento mais alto de cada membro superior, representando o local por que cada membro superior se une ao tórax. AURELIO, p.1437). O sentido construído remete à ideia de que a responsabilidade recai sobre o trabalho policial como um todo, não apenas sobre o ombro, como uma parte física do corpo do indivíduo policial; tal parte é utilizada de maneira figurada, representando a força, o esforço, por ser uma parte do corpo que suporta grandes cargas; assim, tal parte é utilizada para representar um todo, a polícia, ou melhor, o policial (nesse caso, também percebe-se uma relação metonímica, de contiguidade, porquanto a polícia substituiu o policial. Dessa forma, constata-se a ocorrência de um tipo específico de metonímia, também conhecido por sinédoque, pois menciona-se o todo para designar uma parte constitutiva desse todo, conforme se verifica, por exemplo, em “Metonímia é, pois, a alteração do sentido de uma palavra ou de uma expressão pelo acréscimo de um significado segundo a um significado primeiro, quando entre ambos existe uma relação de contiguidade, de inclusão, de implicação, de interdependência, de coexistência. A sinédoque é um tipo de metonímia: ocorre quando se usa a parte para designar o todo ou vice e versa (FIORIN & SAVIOLI, p.160). Portanto, há duas ocorrências metonímicas no enunciado; a sinédoque não foi solicitada especificamente com vistas a não dificultar a questão.

Alternativa D: incorreta, pois nela ocorre um zeugma marcado pela utilização da vírgula em “Na primeira, a taxa de homicídios [...]”

Alternativa E: incorreta, pois nela ocorre uma assonância em “nem-nem” [...]”, que alude a ‘Neném’, termo que reforça o sentido infantilizador do público a que se refere. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 66

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 65

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 64

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 63

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16034, 16906.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há duas alternativas possíveis de respostas. Outros alegam que não há resposta correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o texto se caracteriza como uma notícia na qual é anunciada a divulgação do resultado do Atlas da violência 2018. Além disso, são apresentados os principais resultados, em nível comparativo, assim como fatores relacionados aos extremos dos resultados. Trata-se de um texto neutro, em que o autor, Fernando Molica, não emite sua opinião, apenas apresenta dados e as interpretações dos dados feitas por pesquisadores do Ipea e do **Fórum Brasileiro de Segurança Pública, caracterizando o Discurso de Autoridade, visto que são pessoas que dominam o assunto sobre o qual discorrem. Além disso, são utilizados verbos no pretérito perfeito em diversas partes do texto, marca linguística do gênero Notícia, conforme se verifica em** “A análise [...] mostrou que”, “a taxa de homicídios e mortes violentas ficou em 4,8 casos [...] o índice chegou a 134,9”. O texto, até poderia ser confundido com uma reportagem, conforme alternativa “E”, no entanto, na alternativa em questão, é incorreto dizer que o objetivo do texto é “levar os leitores jovens a trabalharem”; mas conscientizar os leitores, a sociedade de modo geral, de que a criminalidade não é um assunto para ser resolvido apenas pela polícia, mas depende de políticas públicas, diante das causas expostas pela pesquisa. Além disso, não pode ser confundido com um editorial, visto que, conforme explicitado anteriormente, o texto não apresenta a opinião de um veículo de comunicação (até por ser assinado), mas se constitui buscando construir uma neutralidade discursiva, ao expor o relato dos resultados da pesquisa e deixar as interpretações aos discursos relatados. Portanto recurso indeferido.



RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 68

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 67

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 66

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 65

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16573.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que a alternativa apresentada no gabarito preliminar não está correta, solicitando alteração.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que, no contexto, frisar significa “tornar saliente, relevante; ressaltar” (HOUAISS, p.456). Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

INGLÊS

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 71

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 75

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 74

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 73

PROTOCOLOS DE RECURSO: 16527, 16330, 16878.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a questão indaga sobre o assunto principal discutido no texto, considerando-o como um todo e não exemplos apresentados nele. O texto aborda a questão da existência de escravidão no Reino Unido nos dias atuais e menciona alguns dados sobre esse crime que foram registrados recentemente. Dessa forma, a alternativa correta diz que o texto “talks about data concerning the existence of slavery in the UK”. Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 74

PROVA 02 – QUESTÃO Nº 73

PROVA 03 – QUESTÃO Nº 72

PROVA 04 – QUESTÃO Nº 71

PROTOCOLOS DE RECURSO: 17314.

ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há mais de uma alternativa correta.

RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o enunciado cita um excerto de texto de forma a prover um contexto para que as palavras sublinhadas sejam classificadas quanto à classe gramatical de acordo com a função exercida por cada uma delas no contexto em que aparecem. Dessa forma, o candidato deveria classificar as palavras sublinhadas quanto à classe gramatical de acordo com a sua função no contexto explicitado. Na língua inglesa, o adjetivo ou caracterizador vem sempre antes do substantivo e é invariável, logo em “potential victims of modern slavery” temos um adjetivo invariável (potencial) mais um substantivo no plural (victims) e mais um adjetivo (modern) seguido de substantivo no singular (slavery). Portanto recurso indeferido.

RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.



INFORMÁTICA

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 77 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 76 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 80 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 79
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16065, 16249, 16549, 16622, 16838, 16938, 16875, 16540, 16806, 17108, 17220.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que não há alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o caminho, no Microsoft Excel 2013, para realizar a formatação de uma fonte de texto, é: Layout da Página -> Fontes. Todas os demais caminhos apresentados em cada uma das alternativas descritas não possibilitam executar de forma direta a formatação de uma fonte. Portanto recurso deferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 78 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 77 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 76 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 80
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16270, 17072, 16568, 17271, 17232.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que há duas alternativas que respondem o solicitado pelo enunciado da questão.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a única alternativa correta é letra (A) “Suspend”, pois com a sua execução mantém-se a sessão na memória e o computador fica em um estado de baixa energia para que você possa reiniciar rapidamente o trabalho. As demais alternativas apresentam: “Reiniciar”: Fecha todos os programas, desliga o Windows e reinicia. “Desligar”: Fecha todos os programas, desliga o Windows e desliga o computador, “Hibernar”: Salva sua sessão e desliga o computador. Quando você liga o computador novamente, o Windows restaura a sessão, e “Bloquear”: Realiza bloqueio do computador. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.

PROVA 01 – QUESTÃO Nº 79 PROVA 02 – QUESTÃO Nº 78 PROVA 03 – QUESTÃO Nº 77 PROVA 04 – QUESTÃO Nº 76
PROTOCOLOS DE RECURSO: 16108, 16524, 16892, 17206, 17158, 16149, 17026.
ALEGAÇÕES: Em síntese, os candidatos alegam que não há alternativa correta.
RESPOSTA: Prezados Candidatos, em resposta aos recursos interpostos, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que a única alternativa correta é a (E) “Favoritos”, funcionalidade do Google Chrome, em que é permitido lembrar os sites favoritos e aqueles que são visitados com mais frequência, desde que seja solicitado pelo usuário, pois, é ele quem define quais serão os sites favoritos, fazendo com que essa funcionalidade permita realizar esse armazenamento para facilitar e otimizar o tempo de acesso a um determinado site. Portanto recurso indeferido.
RESULTADO DA ANÁLISE: Questão Mantida.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
COMISSÃO GERAL DE CONCURSOS PÚBLICOS**

